

LIVRO DE QUESTÕES

PC
POLÍCIA CIVIL



EXPEDIENTE

Diretora editorial
Coordenação editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Mari de Barros
Equipe de Revisão Nova Concursos
Equipe Nova Concursos
Joyce Matos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

PC : polícia civil / [Diego Pureza]...[et al]. -- São Paulo
: Nova Concursos, 2019.
386 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-09-2

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios I. Pureza, Diego

CDU 35.08(079.1)

18-0277

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT008-A-19-PC

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	53
Informática	93
Conhecimentos Gerais e Atualidades	113
Direito Constitucional.....	131
Direito Administrativo.....	151
Direitos Humanos	173
Direito Civil.....	209
Direito Penal.....	235
Direito Processual Penal.....	249
Criminologia.....	267
Medicina Legal.....	289
Noções de Identificação.....	311
Legislação Penal Especial (Extravagante).....	333

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Professora. Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

1. (PC-MA – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – CESPE – 2018)**TEXTO CG1A1AAA**

A paz não pode ser garantida apenas pelos acordos políticos, econômicos ou militares. Cada um de nós, independentemente de idade, sexo, estrato social, crença religiosa etc. é chamado à criação de um mundo pacificado, um mundo sob a égide de uma cultura da paz.

Mas, o que significa “cultura da paz”?

Construir uma cultura da paz envolve dotar as crianças e os adultos da compreensão de princípios como liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido percebida na sociedade, em seus mais variados contextos. A cultura da paz tem de procurar soluções que advenham de dentro da(s) sociedade(s), que não sejam impostas do exterior.

Cabe ressaltar que o conceito de paz pode ser abordado em sentido negativo, quando se traduz em um estado de não guerra, em ausência de conflito, em passividade e permissividade, sem dinamismo próprio; em síntese, condenada a um vazio, a uma não existência palpável, difícil de se concretizar e de se precisar. Em sua concepção positiva, a paz não é o contrário da guerra, mas a prática da não violência para resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre pessoas, a postura democrática frente à vida, que pressupõe a dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da instalação de justiça.

Uma cultura de paz exige esforço para modificar o pensamento e a ação das pessoas para que se promova a paz. Falar de violência e de como ela nos assola deixa de ser, então, a temática principal. Não que ela vá ser esquecida ou abafada; ela pertence ao nosso dia a dia e temos consciência disso. Porém, o sentido do discurso, a ideologia que o alimenta, precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e promovem. A violência já é bastante denunciada, e quanto mais falamos dela, mais lembramos de sua existência em nosso meio social. É hora de começarmos a convocar a presença da paz em nós, entre nós, entre nações, entre povos.

Um dos primeiros passos nesse sentido refere-se à gestão de conflitos. Ou seja, prevenir os conflitos potencialmente violentos e reconstruir a paz e a confiança entre pessoas originárias de situação de guerra é um dos exemplos mais comuns a serem considerados. Tal missão estende-se às escolas, instituições públicas e outros locais de trabalho por todo o mundo, bem como aos parlamentos e centros de comunicação e associações.

Outro passo é tentar erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, lutando para atingir um desenvolvimento sustentado e o respeito pelos direitos humanos, reforçando as instituições democráticas, promovendo a liberdade de expressão, preservando a diversidade cultural e o ambiente.

É, então, no entrelaçamento “paz — desenvolvimento — direitos humanos — democracia” que podemos vislumbrar a educação para a paz.

Leila Dupret. *Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea*. In: *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)* v. 6, n.º 1. Campinas, jun. 2002 (com adaptações).

De acordo com o texto CG1A1AAA, os elementos “gestão de conflitos” e “erradicar a pobreza” devem ser concebidos como

- a) obstáculos para a construção da cultura da paz.
- b) dispensáveis para a construção da cultura da paz.
- c) irrelevantes na construção da cultura da paz.
- d) etapas para a construção da cultura da paz.
- e) consequências da construção da cultura da paz.

2. (PC-MS – DELEGADO DE POLÍCIA – FAPEMS – 2017)

BRASILEIRO SOFRE PARA INTERPRETAR ATE BULA

Decifrar contraindicações de remédios é uma tarefa tão difícil que o consultor de vendas Sérgio Brant costuma jogar as bulas fora e perguntar direto ao médico. E ele não está sozinho. Quase dois terços dos brasileiros têm só conhecimentos básicos ou ausentes sobre a ciência que envolve situações cotidianas, como ler rótulos nutricionais, estimar o consumo de energia de eletrodomésticos ou interpretar os dados das bulas.

Isso é o que mostra o índice de Letramento Científico, que calcula a habilidade das pessoas de aplicar conhecimentos científicos básicos em atividades rotineiras. A medição inédita foi desenvolvida pela Abramundo, empresa que produz materiais de educação em ciências, em parceria com o Ibope, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa. Foram ouvidas 2.002 pessoas, entre 15 e 40 anos, nas nove principais Regiões Metropolitanas do País. [...].

Só 5% foram considerados proficientes, com domínio de conceitos e termos mais complexos, além da capacidade de interpretar fenômenos. “A linguagem das bulas é complicada, com muitos nomes científicos”, diz Brant, de 67 anos, que toma medicamentos para diabetes e hipertensão. “Preciso reler para entender”, confessa. “Ou então jogo a bula no lixo e pergunto ao médico.”

VIEIRA, Victor. *O Estado de S. Paulo*. 16 jun. 2014.

De acordo com as informações do texto,

- a) o brasileiro pode ser considerado “proficiente” em letramento científico.
- b) Sérgio Brant, de 67 anos, não se inclui entre os “iletrados científicos”.
- c) O baixo índice de Letramento Científico do brasileiro é que dificulta a compreensão de informações das bulas e de outros textos.

- d) e com a Abramundo, as bulas de remédio possuem uma linguagem difícil demais para ser compreendida.
- e) o brasileiro não é o único que não compreende o conteúdo das bulas.

3. (PC-MS – DELEGADO DE POLÍCIA – FAPEMS – 2017) Assinale a alternativa que apresenta apenas ideias expressas no texto a seguir.

CRIMES CIBERNÉTICOS

O conceito de crime cibernético engloba todos os delitos cometidos por intermédio da tecnologia da informática, seja de forma isolada ou fazendo-se uso de uma rede pública, privada ou doméstica.

Esse tipo de crime pode atingir diretamente pessoas ou apenas danificar máquinas ou equipamentos de usuários conectados em rede, por exemplo. Criminosos especializados podem até mesmo cometer vários crimes, em diversos lugares de uma única vez, envolvendo vários computadores.

Os vírus de computador e os programas e códigos maliciosos são os mecanismos mais comuns utilizados pelos criminosos e podem permitir o roubo de informações por meio de acessos não autorizados e fraudes de dados.

Há ainda crimes tradicionalmente conhecidos, mas que, por utilizarem a internet como instrumento, também podem ser considerados crimes cibernéticos. Casos de *bullying*, intimidação, chantagem, calúnia ou assédio são frequentes na rede; bem como de extorsão, espionagem, plágio, pornografia infantil ou terrorismo.

Uma das formas mais comuns de cometer os crimes cibernéticos envolve o envio de e-mails com vírus ou mensagens-armadilha em redes sociais, além do roubo de informações por meio de *sites* de bancos ou de mecanismos de comércio eletrônico.

Para se evitar a ação de criminosos cibernéticos é recomendada a instalação de programas antivírus em computadores, *smartphones* ou *tablets*. Tais programas são projetados para identificar e alertar os usuários caso vírus ou códigos maliciosos tenham se instalado em suas máquinas. Em todo caso, o mais indicado é ter muita atenção ao utilizar *sites*, redes sociais e, sobretudo, ao instalar aplicativos no computador ou em outros aparelhos.

Além disso, alguns crimes como o assédio, intimidação e *bullying* não podem ser evitados facilmente, pois muitas vezes são cometidos independentemente da ação ou de qualquer atitude das vítimas. Em qualquer caso, é sempre importante que a vítima salve as provas do crime e denuncie o criminoso o mais rápido possível.

Disponível em: <<http://direitosbrasil.com/crimes-ciberneticos/>>.

Acesso em: 13 jul. 2017. (Adaptado.)

- a) Os usuários de computadores devem tomar cuidado ao acessar redes sociais ou instalar programas em seus aparelhos.
- b) Vírus são criados pelas mesmas empresas que depois comercializam os antivírus, como em ciclo programado de consumo.
- c) Os crimes cibernéticos são muito comuns e difíceis de serem combatidos, uma vez que as vítimas nunca denunciam os criminosos.

- d) O *bullying* sempre existiu. É normal que as pessoas em posição de inferioridade sejam humilhadas pelos seus superiores.
- e) A tecnologia moderna não pode ser considerada perigosa, mas sim a grande maioria dos usuários que dela se utilizam.

4. (PC-AP – DELEGADO DE POLÍCIA – FCC – 2017)

Crônicas contemporâneas

O gênero da crônica, entendida como um texto curto de periódico, que se aplica sobre um acontecimento pessoal, um fato do dia, uma lembrança, um lance narrativo, uma reflexão, tem movido escritores e leitores desde os primeiros periódicos. No pequeno espaço de uma crônica pode caber muito, a depender do cronista. Se ele se chamar Rubem Braga, pode caber tudo: esse mestre maior dotou a crônica de uma altura tal que pôde dedicar-se exclusivamente a ele ocupando um lugar entre os nossos maiores escritores, de qualquer gênero. Jovens cronistas de hoje, com colunas nos grandes jornais, vêm demonstrando muita garra, equilibrando-se entre as miudezas quase inconfessáveis do cotidiano pessoal, às quais se apegam sem pudor, e a uma espécie de investigação crítica que pretende ver nelas algo de grandioso. É como se na padaria da esquina pudesse de repente representar-se uma cena de Hamlet ou de alguma tragédia grega; é como se, no banheiro do apartamento, o espelhinho do armário pudesse revelar a imagem-síntese dos brasileiros. Talvez esteja nesse difícil equilíbrio um sinal dos tempos modernos, quando, como numa crônica, impõe-se combinar a condição mais pessoal de cada um com a responsabilidade de uma consciência coletivista, que a todos nos convoca.

Diógenes da Cruz, inédito.

Os jovens cronistas de hoje, referidos no segundo parágrafo,

- a) distinguem-se dos cronistas antigos pelo fato de não considerarem os incidentes domésticos como assunto digno de uma crônica.
- b) devem a Rubem Braga a orientação para se dedicarem exclusivamente ao gênero da crônica, uma vez que querem tratar de grandes temas universais.
- c) preferem confinar na estreiteza do cotidiano seu espaço de inspiração, em crônicas em que exercitam uma linguagem de alto teor político.
- d) buscam combinar seu interesse pela realidade pessoal e imediata com o voo mais alto de uma crônica de maior alcance crítico.
- e) exploram a possibilidade de reduzir os temas mais grandiosos à dimensão risível de um cotidiano onde eles não possam ter lugar.

1.

Em "a": obstáculos para a construção da cultura da paz. = incorreto.

Em "b": dispensáveis para a construção da cultura da paz. = incorreto.

Em "c": irrelevantes na construção da cultura da paz. = incorreto.

Em "d": **etapas** para a construção da cultura da paz.

Em "e": consequências da construção da cultura da paz. = incorreto.

Ao texto: *Um dos primeiros passos nesse sentido refere-se à gestão de conflitos. (...)*

Outro passo é tentar erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades = etapas para construção da paz.

GABARITO OFICIAL: D

2.

Em "a": o brasileiro pode ser considerado "proficiente" em letramento científico. = incorreto.

Em "b": Sérgio Brant, de 67 anos, não se inclui entre os "iletrados científicos". = incorreto.

Em "c": O **baixo índice de Letramento Científico** do brasileiro **é que dificulta a compreensão** de informações das bulas e de outros textos.

Em "d": e com a Abramundo, as bulas de remédio possuem uma linguagem difícil demais para ser compreendida. = incorreto.

Em "e": o brasileiro não é o único que não compreende o conteúdo das bulas. = incorreto (não é citado no texto).

Segundo o texto (voltemos **sempre** ao texto!), **Quase dois terços dos brasileiros têm só conhecimentos básicos ou ausentes sobre a ciência que envolve situações cotidianas**, como ler rótulos nutricionais, estimar o consumo de energia de eletrodomésticos ou interpretar os dados das bulas. Isso é o que mostra o **índice de Letramento Científico**, que calcula a habilidade das pessoas de aplicar conhecimentos científicos básicos em atividades rotineiras = dificuldade do leitor em ler informações técnicas.

GABARITO OFICIAL: C

3.

Em "a": Os **usuários de computadores devem tomar cuidado** ao acessar redes sociais ou instalar programas em seus aparelhos.

Em "b": Vírus são criados pelas mesmas empresas que depois comercializam os antivírus, como em ciclo programado de consumo. = incorreto.

Em "c": Os crimes cibernéticos são muito comuns e difíceis de serem combatidos, uma vez que as vítimas nunca denunciam os criminosos. = incorreto.

Em "d": O bullying sempre existiu. É normal que as pessoas em posição de inferioridade sejam humilhadas pelos seus superiores. = incorreto.

Em "e": A tecnologia moderna não pode ser considerada perigosa, mas sim a grande maioria dos usuários que dela se utilizam. = incorreto.

A única alternativa que apresenta ideia expressa no texto é a de que *Os usuários de computadores devem tomar cuidado ao acessar redes sociais ou instalar programas em seus aparelhos.*

GABARITO OFICIAL: A

4.

Em "a": distinguem-se dos cronistas antigos pelo fato de não considerarem os incidentes domésticos como assunto digno de uma crônica. = incorreto.

Em "b": devem a Rubem Braga a orientação para se dedicarem exclusivamente ao gênero da crônica, uma vez que querem tratar de grandes temas universais. = incorreto.

Em "c": preferem confinar na estreiteza do cotidiano seu espaço de inspiração, em crônicas em que exercitam uma linguagem de alto teor político. = incorreto.

Em "d": **buscam combinar** seu interesse pela realidade pessoal e imediata com o voo mais alto de uma crônica de maior alcance crítico.

Em "e": exploram a possibilidade de reduzir os temas mais grandiosos à dimensão risível de um cotidiano onde eles não possam ter lugar. = incorreto.

Voltemos ao parágrafo citado: *Jovens cronistas de hoje (...) vêm demonstrando muita garra, **equilibrando-se entre as miudezas** quase inconfessáveis do cotidiano pessoal (...) **e a uma espécie de investigação crítica** que pretende ver nelas algo de grandioso* = os jovens cronistas de hoje tentam ver fatos grandiosos em cenas cotidianas.

GABARITO OFICIAL: D

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO- -MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Sara Martins de Oliveira

Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo. Lecionou na Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã, São Paulo, no Curso de Administração. Tutora presencial do curso EAD de Ciências Contábeis, realizado pela Universidade Anhanguera. Professora de conteúdo preparatório para concursos públicos, em vários cursos de graduação e pós-graduação do país, destacando-se: Grupo Nova, SGS Academy, Maxi Educa, Solução Concursos e Opção Concursos. Especialidade no desenvolvimento da autoria do comentário de questões gabaritadas para o complemento do banco de vários editoriais. Contadora.

1. (PC-SC – AGENTE DE POLÍCIA CIVIL – FEPESE – 2017) Um pai paga mesada mensal para seus cinco filhos, a saber, Cláudia, Arthur, Joaquim, Danilo e Beatriz, nos valores de R\$ 100, R\$ 200, R\$ 400, R\$ 600 e R\$ 700, não necessariamente nessa ordem.

Sabe-se que:

1. A mesada de Cláudia é o dobro da mesada de Beatriz.
2. O valor que Danilo recebe em um mês é igual ao que Beatriz recebe em três meses.
3. A mesada de Joaquim é maior que a de Danilo.

Portanto, a mesada mensal de Arthur, em reais, é:

- a) 100.
- b) 200.
- c) 400.
- d) 600.
- e) 700.

2. (PC-SC – AGENTE DE POLÍCIA CIVIL – FEPESE – 2017) Em uma cidade, a razão entre agentes policiais homens e agentes policiais mulheres é 4:12. Sabe-se também que o número de agentes mulheres excede o número de agentes homens em 16. Para que a razão entre o número de agentes homens e o número de agentes mulheres passe para 1:2, qual o número de agentes homens é necessário contratar (sem contratar nenhuma agente mulher)?

- a) 4.
- b) 6.
- c) 8.
- d) 12.
- e) 24.

3. (PC-SC – AGENTE DE POLÍCIA CIVIL – FEPESE – 2017) Dois professores, João e Maria, são contratados para corrigir 121 provas. Os dois começam a corrigir as provas simultaneamente e só param quando todas estão corrigidas. Nota-se ainda que enquanto Maria corrige 6 provas, João corrige 5. Assinale a alternativa que indica corretamente quantas provas Maria corrigiu a mais que João.

- a) 7.
- b) 9.
- c) 11.
- d) 13.
- e) 15

1.

Sabemos que um pai paga mesada mensal para seus cinco filhos, a saber, Cláudia, Arthur, Joaquim, Danilo e Beatriz, nos valores de R\$ 100, R\$ 200, R\$ 400, R\$ 600 e R\$ 700, não necessariamente nessa ordem.

E devemos considerar os itens a seguir:

1. A mesada de Cláudia é o dobro da mesada de Beatriz.

2. O valor que Danilo recebe em um mês é igual ao que Beatriz recebe em três meses.

3. A mesada de Joaquim é maior que a de Danilo.

Portanto, a mesada mensal de Arthur, em reais, é:

Analisando os itens 1, 2, e 3, concluímos que Joaquim possui a maior mesada, ou seja, R\$ 700,00

Logo após vem o Danilo que recebe o triplo de Beatriz, recebendo R\$ 600,00

Em seguida temos Cláudia que recebe o dobro de Beatriz, recebendo R\$ R\$ 400,0

Depois temos a Beatriz que recebe R\$ 200,00 (agora podemos ter certeza dos valores de Cláudia e Danilo, pois o dobro de Beatriz, ou seja, $200,00 \times 2 = 400,00$ e o triplo $200,00 \times 3 = 600,00$)

Por fim sobrou o valor de R\$ 100,00, que irá corresponder à mesada de Arthur.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Sabemos que a razão entre homens e mulheres é 4:12.

Sabe-se também que o número de mulheres é superior ao de homens em 16.

Precisamos identificar quantos homens seriam necessários contratar para que a razão entre homens e mulheres se torne 1:2.

Vamos chamar de "h" o número de homens e "m" o de mulheres.

Em primeiro momento precisamos encontrar o número de homens já existentes.

Como o número de mulheres "m" é superior ao de homens em 16, temos que:

$$m = h + 16$$

E a razão entre h/m é 4/12

Temos:

$$h/m = 4/12$$

$$h / (h + 16) = 4/12$$

$$12h = 4 \cdot (h + 16)$$

$$12h = 4h + 64$$

$$8h = 64$$

$$h = 8 \text{ homens}$$

Senso assim, existem 8 homens.

$$\text{Como } m = h + 16$$

$$m = 8 + 16 = 24 \text{ mulheres.}$$

A questão pede que a razão fique $h/m = 1/2$, ou seja, que os homens sejam metade das mulheres $24/2 = 12$. Portanto, como já existem 8 homens será preciso contratar mais 4. ($12 - 8 = 4$).

GABARITO OFICIAL: A

3.

Conforme informado no enunciado da questão:

- João e Maria, corrigiram 121 provas.
- Enquanto Maria corrige 6 provas, João corrige 5.
- Precisamos saber quantas provas Maria corrigiu a mais que João.

Maria: $6k$

João: $5k$

(k : constante de proporcionalidade)

$$6k + 5k = 121$$

$$11k = 121$$

$$k = 121/11$$

$$k = 11$$

$$\text{Maria: } 6k = 6 \cdot 11 = 66$$

$$\text{João: } 5k = 5 \cdot 11 = 55$$

$$66 - 55 = 11$$

Portanto Maria corrigiu 11 a mais que João.

GABARITO OFICIAL: C

INFORMÁTICA

Sobre o Autor

Ovidio Lopes da Cruz Netto

Doutorado e mestrado em Engenharia Biomédica, projeto que criou um software que facilita o aprendizado de crianças portadoras de síndrome de Down <www.ovidio.eng.br/nossavida> e seu desenvolvimento social. Pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu, em 2008. Formação de docentes para o Ensino Superior pela UNINOVE, em 2007. Graduado em Engenharia da Computação pela UMC, em 2004. Trabalha com educação desde o ano de 2003. Tem vários cursos de Tecnologia Educacional, realizados no Brasil e também no exterior, como: Itália, Espanha, Malta, Costa Rica e Argentina. Professor integrante do Banco de Avaliadores (BASis) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - INEP/MEC.

1. (PC-GO – AGENTE DE POLÍCIA – CESPE – 2016) Para o correto funcionamento de determinado ambiente computacional, é necessário que o programa *xpto*, gravado no diretório */home/fulano/*, seja executado simultaneamente aos outros programas do sistema operacional Linux que estejam em execução. A respeito dessa situação, é correto afirmar que a execução do programa *xpto*

- a) pode ser verificada por meio do comando `ls xpto/sys/proc`.
- b) não ocorrerá, pois o programa se encontra no diretório */home*, onde o Linux não permite gravação de arquivos binários.
- c) pode ser verificada por meio do comando `ps -ef | grep xpto`.
- d) pode ser verificada por meio do comando `ls /home/fulano/xpto| proc`.
- e) pode ser verificada por meio do comando `ls process xpto| /sys/proc`.

2. (PC-GO – AGENTE DE POLÍCIA – CESPE – 2016) Acerca da inserção de seções em planilhas e textos criados no Microsoft Office, assinale a opção correta.

- a) Em um documento Word, as seções podem ser utilizadas para que, em uma mesma página, parte do texto esteja em uma coluna e outra parte, em duas colunas.
- b) No Word, as seções são utilizadas como meio padrão para se inserir rodapé e cabeçalho no documento.
- c) No Excel, as seções são utilizadas para separar figuras de um texto que estejam em quadros.
- d) A inserção de índices analíticos no Word implica a inserção de seções entre as páginas, em todo o documento.
- e) No Excel, as seções são utilizadas para separar gráficos e valores em uma mesma planilha.

3. (PC-GO – AGENTE DE POLÍCIA – CESPE – 2016) Assinale a opção que apresenta procedimento correto para se fazer backup do conteúdo da pasta *Meus Documentos*, localizada em uma estação de trabalho que possui o Windows 10 instalado e que esteja devidamente conectada à Internet.

- a) Deve-se instalar e configurar um programa para sincronizar os arquivos da referida pasta, bem como seus subdiretórios, em uma *cloud storage*.
- b) Deve-se permitir acesso compartilhado externo à pasta e configurar o Thunderbird para sincronizar, por meio da sua função backup externo, os arquivos da referida pasta com a nuvem da Mozilla.
- c) Depois de permitir acesso compartilhado externo à pasta, deve-se configurar o Facebook para que tenha seus arquivos e subpastas sincronizados com a *cloud storage* privada que cada conta do Facebook possui.

- d) Os arquivos devem ser copiados para a área de trabalho, pois nessa área o sistema operacional, por padrão, faz backups diários e os envia para o One-Drive.
- e) O Outlook Express deve ser configurado para anexar diariamente todos os arquivos da referida pasta por meio da função backup, que automaticamente compacta e anexa todos os arquivos e os envia para uma conta de *email* previamente configurada.

4. (PC-GO – AGENTE DE POLÍCIA – CESPE – 2016) Os mecanismos de proteção aos ambientes computacionais destinados a garantir a segurança da informação incluem

- a) controle de acesso físico, *token* e *keyloggers*.
- b) assinatura digital, política de chaves e senhas, e *honeypots*.
- c) política de segurança, criptografia e *rootkit*.
- d) *firewall*, *spyware* e antivírus.
- e) *adware*, bloqueador de *pop-ups* e bloqueador de *cookies*.

5. (PC-GO – AGENTE DE POLÍCIA – CESPE – 2016) O cavalo de Troia (*trojan*)

- a) impede que o sistema operacional se inicie, ou seja, executado corretamente.
- b) aumenta o tráfego na Internet e gera um grande volume de dados de caixas postais de correio eletrônico.
- c) pode ser instalado por vírus, *phishing* ou outros programas, com a finalidade de abrir um *backdoor*.
- d) também é conhecido como vírus de macro, por utilizar os arquivos do MS Office.
- e) não pode ser combatido por meio de *firewall*.

6. (PC-GO – AGENTE DE POLÍCIA – CESPE – 2016) Com relação aos procedimentos de backup, assinale a opção correta.

- a) O backup incremental deve ser feito depois de realizada cópia completa de todos os arquivos de interesse.
- b) A cópia completa deve ser feita periodicamente, para copiar os arquivos que sofreram alguma modificação na última cópia incremental.
- c) Na cópia incremental, não é necessário especificar os intervalos de tempo em que houve alterações nos arquivos.
- d) O backup incremental não utiliza dados recuperados das cópias completas.
- e) Na cópia incremental, os arquivos copiados anteriormente são recopiados, independentemente do ponto de recuperação definido.

1.

Em "a", "b", "d" e "e" apresentam o comando (ls) lista os arquivos e pastas do diretório atual ou do diretório passado como parâmetro.

Em "c" comando (ps -ef) lista os processos ativos o comando pipe "|" funciona como um túnel para outro comando, o (grep) que filtra o resultado através do nome do programa "xpto".

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Usa-se quebras de seção para dividir e formatar documentos de todos os tamanhos. Pode-se dividir seções, por exemplo, em partes ou capítulos, e adicionar formatação como colunas, cabeçalhos e rodapés, bordas de página, em cada seção.

É possível controlar a aparência do documento. Uma página simples pode ter várias seções diferentes e, cada seção, por exemplo, pode ter seu próprio cabeçalho e rodapé, orientação, formatação e espaçamento.

Também é possível usar seções para fazer (ou cercar) outras mudanças de formatação em páginas iguais ou diferentes do documento.

GABARITO OFICIAL: A**3.**

Em "a": Certo – Pois a instalação e a configuração de um software de sincronização agregado à tecnologia de armazenamento na nuvem resultariam em um backup automático dos arquivos e subdiretórios.

Em "b": Errado – Pois o Thunderbird é um programa de correio eletrônico;

Em "c": Errado – Pois o Facebook é uma rede social, e não sincroniza arquivos;

Em "d": Errado – Pois a área de trabalho não faz backup diário para o OneDrive;

Em "e": Pois o Outlook Express sequer faz parte do Windows 10. Era o cliente de e-mail do Windows XP.

GABARITO OFICIAL: A**4.**

Em "a": Errado – Pois keylogger é um tipo de spyware destinado a registrar as informações de entrada de informações.

Em "b": Certo – Pois apresentam ferramentas que auxiliam um ambiente computacional a garantir a segurança da informação;

Em "c": Errado – Pois o rootkit é um conjunto de aplicativos que permite ao usuário se tornar administrador de um sistema;

Em "d": Errado – Pois um spyware é um tipo de malware que espia informações e envia a uma pessoa não autorizada;

Em "e": Errado – Pois adware é um tipo de malware que de forma indesejada apresenta conteúdos de publicidade ao usuário.

GABARITO OFICIAL: B

5.

Questão passiva de ser anulada, pois não é possível afirmar, categoricamente, que um Trojan (Cavalo de Troia) possa ser instalado, uma vez que é ele quem instala malwares e abre portas (backdoor).

GABARITO OFICIAL: C

6.

Em "a": Certo – Pois o becape incremental deve ser feito depois de realizada cópia completa de todos os arquivos de interesse;

Em "b": Errado – Pois cópia completa deve ser feita periodicamente, mas não para copiar os arquivos que sofreram alguma modificação na última cópia incremental;

Em "c": Errado – Pois na cópia incremental, é necessário especificar os intervalos de tempo em que houve alterações nos arquivos, normalmente esse intervalo de tempo é determinado automaticamente;

Em "d": Errado – Pois o becape incremental utiliza dados recuperados das cópias completas, esse tipo de becape apenas incrementa arquivos novos e/ou alterados, e é feito em um tempo menor que o becape completo;

Em "e": Errado – Pois na cópia incremental, os arquivos copiados anteriormente são recopiados.

GABARITO OFICIAL: A

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Sobre a Autora

Letícia Veloso

Graduada em Jornalismo em 2008. Experiência em materiais impresso, on-line e voltado para TV. Trabalhou em empresas como: Grupo Folha (UOL), Grupo RBS, Rede Vida e Portal do Walmart. Como locutora (tem DRT na área), trabalhou em emissoras de rádio em Minas Gerais e São Paulo. Professora de Conhecimentos Gerais e Atualidades dos cursos on-line e de videoaulas produzidos pelo Grupo Nova. Autora do comentário de questões de concursos públicos de vários livros e outras produções editoriais do Grupo Nova. Em blog fala a respeito de cultura, comportamento e do cotidiano por meio da página da seguinte rede social: <https://www.facebook.com/meulead/>

1. (PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA – UEG – 2018) Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos ocupam, no ordenamento jurídico brasileiro, o status de

- a) norma constitucional se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos ou menos dos votos dos respectivos membros.
- b) norma supralegal, segundo o STF, se aprovados com quórum inferior a três quintos, embora haja respeitável doutrina no sentido de que, ainda assim, possuiriam estatuto constitucional.
- c) norma supralegal, segundo o STF, qualquer que seja o quórum de aprovação, o que é acatado de maneira unânime pela doutrina.
- d) lei ordinária, pois a República Federativa do Brasil prima por sua soberania, pela independência nacional e pela autodeterminação dos povos.
- e) norma constitucional, pois os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

2. (PC-PI – PERITO CRIMINAL – NUCEPE – 2018) Em levantamento feito pelo G1 através do Monitor da Violência, o Piauí ocupa a 7ª colocação no ranking de feminicídios no país. Em 2017 foram 23 registros e até o final de maio deste ano já haviam sido registrados 10 feminicídios no Estado, segundo a delegacia especializada. De acordo com gráfico de distribuição da frequência de casos x idade da vítima, assinale a alternativa CORRETA.

- a) em média as vítimas apresentam 30 anos.
- b) a variável em estudo (idade das vítimas) apresenta distribuição binomial.
- c) a porcentagem de vítimas menor que a média é igual a 30%.
- d) não importa a idade, mulheres de todas as faixas etárias sofrem com o feminicídio em igual proporção.
- e) a mediana do conjunto de dados é 35 anos.

3. (PC-MA – ESCRIVÃO – CESPE – 2018) Em 2017, houve uma série de rebeliões de detentos em Roraima, em Minas Gerais, em Santa Catarina, no Amazonas, no Paraná e no Rio Grande do Norte. Essas ocorrências demonstram a séria crise do sistema prisional brasileiro. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- I A população carcerária brasileira é composta em sua totalidade por detentos que cumprem penas já sentenciadas pela justiça.
- II Um dos problemas dos presídios brasileiros é a superlotação, resultante de políticas de segurança ineficazes e da falta de celeridade da justiça.

- III As referidas rebeliões ocorreram devido às precárias condições e falhas do sistema carcerário, não guardando relação com disputas entre grupos do crime organizado de outras regiões do país.
- IV Para assegurar o controle do sistema carcerário, a privatização ou terceirização dos presídios tem sido apresentada como opção para solucionar a atual crise desse sistema.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

4. (PC-MA – INVESTIGADOR – CESPE – 2018) No Brasil, muitos trabalhadores estão submetidos a relações e condições de trabalho, se não iguais, análogas àquelas estabelecidas pelo antigo sistema escravista, embora a escravidão tenha sido oficialmente abolida há mais de cem anos. Atualmente, o trabalho caracterizado como forçado ou escravo é uma prática que afeta

- a) o prestígio brasileiro no sistema internacional, pois tais condições de trabalho, diante das demais nações industrializadas, são uma particularidade do país.
- b) os pré-adolescentes do sexo masculino e semialfabetizados, principal mão de obra utilizada no setor agrícola.
- c) os imigrantes bolivianos residentes em São Paulo, explorados pela indústria têxtil e de confecções.
- d) o Estado, carente de recursos para identificar os empregadores que usam o trabalho escravo e prejudicam a economia.
- e) o setor privado, não alcançando os serviços ou projetos desenvolvidos pelo setor público.

1.

Em "a": a afirmação não procede.

Em "b": de fato, a afirmação procede e é relativa ao âmbito do Tratado de Direitos Humanos internacional.

Em "c": a sentença não procede.

Em "d": caso citado não tem a ver com lei ordinária.

Em "e": não se relaciona ao caso citado na sentença.

GABARITO OFICIAL: B.**2.**

Em "a": a média de idade é superior ao índice citado.

Em "b": a sentença não procede.

Em "c": os dados citados não correspondem ao cenário atual.

Em "d": existe uma faixa etária em que os casos são mais frequentes.

Em "e": a média de idade, de fato, corresponde a 35 anos.

GABARITO OFICIAL: E**3.**

Em "I": o sistema carcerário brasileiro é precário. Em muitos casos, há detentos à espera de julgamento em meio à superlotação dos espaços.

Em "II": políticas de segurança ineficazes contribuíram para a precarização do sistema carcerário.

Em "III", as rebeliões mencionadas são fruto da superlotação.

Em "IV", a privatização das penitenciárias vem sendo discutida como forma de contornar o caos no sistema carcerário.

GABARITO OFICIAL: B.**4.**

Em "a": esses sistemas de trabalho análogo à escravidão não ocorrem na maioria das relações de trabalho no país, mas estão presentes em alguns contextos.

Em "b": esse não é o público que predomina. Em geral, o perfil desses trabalhos compreende homens com média de idade de 31 anos.

Em "c": em São Paulo há muitos casos de imigrantes bolivianos submetidos à exploração em oficinas de costuras pela cidade.

Em "d": se trata de uma situação a qual prevalece submissão do Estado, em se tratando de alternativas para conter os casos.

Em "e": muitas vezes, grandes corporações da indústria da moda estão alheias aos casos de exploração.

GABARITO OFICIAL: C

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

1. (PC-MG – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTIVO – FUMARC – 2018) Sobre o regime constitucional atribuído à polícia civil e aos policiais civis, é CORRETO afirmar:

- a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de carreira, incumbem, sem exceção, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais;
- b) Não é possível a acumulação remunerada do cargo de policial civil com o cargo de professor, ainda que haja compatibilidade de horários;
- c) Não se garante aos policiais civis o direito à livre associação sindical, em virtude da natureza de suas atividades;
- d) Os policiais civis são remunerados por subsídio fixado em parcela única, por meio de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado, vedado o acréscimo de qualquer outra espécie remuneratória.

2. (PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA – UEG – 2018) O ingresso na carreira de juiz se dá mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as fases, exigindo-se do candidato que ele seja bacharel em direito com, no mínimo, três anos de atividade jurídica. Nesse sentido, de acordo com o entendimento do STF, a exigência de comprovação do triênio de prática forense, quando houver ausência de especificação de data no edital, deverá ser cumprida:

- a) às polícias civis incumbem a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas nas localidades onde não exista delegacia de Polícia Federal.
- b) incumbem às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- c) os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública serão remunerados exclusivamente por subsídio.
- d) os municípios com mais de duzentos mil habitantes deverão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- e) as polícias civis dos estados e do Distrito Federal são instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina.

3. (PC-AP – DELEGADO DE POLÍCIA – FCC – 2017) Ao disciplinar a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, a Constituição Federal prescreve que:

- a) o estado de sítio e o estado de defesa podem ser decretados pelo Presidente da República, desde que previamente autorizados pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta dos membros de cada Casa Legislativa.
- b) o estado de sítio e o estado de defesa podem ser decretados pelo Presidente da República, desde que previamente autorizados pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta dos membros de cada Casa Legislativa.

- c) o estado de sítio e o estado de defesa podem ser decretados pelo Presidente da República, desde que previamente autorizados pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta dos membros de cada Casa Legislativa.
- d) o estado de sítio é uma limitação circunstancial ao poder constituinte reformador, uma vez que a Constituição Federal não pode ser emendada durante sua vigência, ao contrário do estado de defesa, que não impede a aprovação de emendas constitucionais no período.
- e) o decreto que instituir o estado de sítio deve indicar as garantias constitucionais que ficarão suspensas no período de sua vigência, sendo vedado, contudo, o estabelecimento de restrições relativas à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão.

4. (PC-AP – AGENTE DE POLÍCIA – FCC – 2017) Considere as seguintes atividades:

- I. Policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.
- II. Apuração de crime de furto de equipamentos de propriedade da União.
- III. Proteção de esculturas instaladas em parques municipais.
- IV. Prevenção à prática de crimes de contrabando e descaminho.

De acordo com a Constituição Federal, essas atividades são atribuições das:

- a) I – polícia militar; II – polícia federal; III – polícia militar; IV – polícia civil.
- b) I – guarda municipal; II – polícia federal; III – guarda municipal; IV – polícia militar.
- c) I – polícia federal; II – polícia civil; III – polícia militar; IV – polícia militar.
- d) I – polícia militar; II – polícia federal; III – guarda municipal; IV – polícia federal.
- e) I – polícia militar; II – polícia federal; III – polícia civil; IV – polícia federal.

1.

Em "a": possui duas exceções, as infrações de natureza militar e as de competência da União, conforme Art. 144, § 4º da CF.

Em "b": embora essa hipótese não esteja prevista de forma expressa na CF, existem julgados no sentido de ser possível essa acumulação, vejamos: é possível a acumulação remunerada do cargo de policial civil, cargo técnico por natureza e por previsão legal, com outro cargo de professor da rede pública de ensino, desde que demonstrada a compatibilidade de horários. (AC n.º , da 2ª Câmara Cível do TJRN. Rel. Des. Osvaldo Cruz, j. 07/04/2009).

Em "c": o Art. 142 da CF veda aos MILITARES a sindicalização, porém, os policiais civis não são abarcados por essa vedação.

Em "d": conforme Art. 144, § 9º, CF – A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39 – O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em "a": conforme Art. 144, § 1º, I da CF – A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

Em "b": de acordo com o Art. 144, § 4º da CF - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Em "c": de acordo com os Arts. 144, § 9º e 39, § 4º da CF – A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Em "d": conforme Art. 144, § 8º da CF – Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Em "e": de acordo com o Art. 42, "caput" da CF – Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

GABARITO OFICIAL: C

3.

Em “a”: de acordo com o Art. 136 § 4º – Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

Em “b”: art. 136 – O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Em “c”: em conformidade com o § 1º – O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: I - restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

Em “d”: art. 60, § 1º – A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Em “e”: de acordo com o Art. 139 – Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no Art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radio-difusão e televisão, na forma da lei.

GABARITO OFICIAL: C

4.

Item I – (PM) Art. 144. § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Item II – (PF) Art. 144. § 1º § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

Item III – (GUARDA MUNICIPAL) Art. 144. § 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Item IV – (PF) Art. 144. § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

GABARITO OFICIAL: D

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consutora jurídica.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. (PC-MA – ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE – 2018) A conduta do agente público que busca o melhor desempenho possível, com a finalidade de obter o melhor resultado, atende ao princípio da:

- a) eficiência.
- b) legalidade.
- c) impessoalidade.
- d) moralidade.
- e) publicidade.

2. (PC-MG – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO – PC-MG – 2008) São princípios da Administração Pública:

- a) legalidade, motivação, segurança jurídica, especialidade.
- b) legalidade, motivação, segurança jurídica, normatização.
- c) legalidade, disciplina, segurança jurídica, normatização.
- d) legalidade, disciplina, razoabilidade, controle.

3. (PC-PI – AGENTE DE POLÍCIA CIVIL – NUCEPE – 2018) Marcos, prefeito de uma cidade do Estado do Piauí, no mês anterior ao encerramento do seu mandato, congela o Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU. Segundo foi repassado pela assessoria de imprensa, o objetivo do congelamento foi o grande interesse social. Entretanto, todos sabem que o referido congelamento foi para inviabilizar a nova administração, e assim reduzir as receitas. Diante desta situação, pode-se dizer que Marcos feriu, precipuamente, o princípio administrativo:

- a) da legalidade.
- b) da publicidade.
- c) da eficiência.
- d) da moralidade.
- e) da continuidade.

1.

Em "a": a eficiência implica na somatória de dois fatores, quais sejam qualidade e economicidade, gerando um resultado mais condizente com o interesse público da atuação administrativa. No caso, quando o agente busca ter o melhor desempenho possível e obter o melhor resultado, está consolidando o princípio da eficiência.

Em "b": a legalidade significa agir estritamente na forma que a lei autorizar (legalidade estrita).

Em "c": a impessoalidade implica em não considerar fatores pessoais na tomada de decisões afetas à administração.

Em "d": a moralidade impõe ir além do dever de estrita legalidade, observando-se os primados éticos da ação.

Em "e": a publicidade se impõe como um dever de tornar públicas informações em geral.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em "a": o princípio da legalidade implica no Estado apenas fazer o que a Lei determina, o princípio da motivação no dever de motivar atos administrativos de forma expressa com seus fundamentos de fato e de direito, o princípio da segurança jurídica na vedação de que se interprete de forma retroativa novas interpretações de lei no âmbito da administração, o princípio da especialidade no sentido de que cada órgão e cada autarquia apenas deve desempenhar o papel estritamente atribuído pela lei.

Em "b": a normatização não é princípio que rege a administração.

Em "c": a disciplina e a normatização não são princípios que regem a administração.

Em "d": a disciplina não é princípio que rege a administração.

GABARITO OFICIAL: A**3.**

Em "a": o ato foi legal, o prefeito tem a prerrogativa de congelar os preços do IPTU, então não violou a legalidade.

Em "b": a situação descrita nada se relaciona com o princípio da publicidade.

Em "c": reflexamente, se afeta a eficiência do ato, pois embora se gere economia, a diminuição da arrecadação prejudicará a qualidade da administração. Contudo, este não é prioritariamente o princípio que é violado na situação.

Em "d": nem todo ato legal é moral e, notadamente, é imoral o ato lícito que é praticado pela administração com o único fim de prejudicar a próxima gestão, como ocorreu no caso em tela. A motivação do ato foi impessoal, Marcos apenas congelou os valores do IPTU para prejudicar seu sucessor, de maneira que não importa se agiu de forma lícita, pois a ação foi imoral.

Em "e": a continuidade não é um princípio administrativo.

GABARITO OFICIAL: D

DIREITOS HUMANOS

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

NATUREZA DOS DIREITOS HUMANOS

1. (PC-SP – ATENDENTE DE NECROTÉRIO POLICIAL – VUNESP – 2014) Assinale a alternativa correta com relação ao conceito de direitos humanos:

- a) Direitos humanos é uma forma sintética de se referir a direitos fundamentais da pessoa humana, aqueles que são essenciais à pessoa humana, que precisa ser respeitada pela dignidade que lhe é inerente.
- b) Direitos humanos são aqueles que estão previstos de forma expressa em uma Constituição e que se referem somente a direitos das pessoas que respondem a um inquérito ou a um processo penal.
- c) Como os direitos humanos são inerentes à natureza humana, somente derivam do espírito humano e não devem ser positivados nas leis.
- d) No âmbito da filosofia, a expressão direitos humanos significa a independência do ser humano, tratando exclusivamente do direito de liberdade.
- e) Considerando o que prevê a Constituição de 1988, os direitos humanos se dão por meio da propriedade, que se impõe como um valor incondicional e insubstituível, que não admite equivalente.

2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa **correta** a respeito das características dos direitos humanos:

- a) O Princípio da ilimitabilidade garante que o Estado e a sociedade não podem limitar a fruição dos direitos humanos já conquistados, com o objetivo de disciplinar situações excepcionais que venham a reduzir o alcance desses direitos.
- b) O Princípio da divisibilidade propõe que os direitos humanos devem obedecer a uma classificação retórica, que divide e categoriza os vários grupos de direitos inerentes ao homem e à sociedade, para que sejam melhor usufruídos pelos seus destinatários.
- c) O Princípio da essencialidade reza que os direitos humanos devem ser vistos como aquela categoria de direitos inerentes à sociedade em determinada época histórica, podendo ser divididos em essenciais, que devem gozar de livre fruição, e os não essenciais, que ainda demandam reivindicações a serem conquistadas ao longo do tempo.
- d) O Princípio da inalterabilidade estabelece que os direitos humanos não sofrem alterações com o decurso do tempo, pois têm caráter eterno, não se ganham nem se perdem com o tempo, são anteriores, concomitantes e posteriores aos indivíduos.
- e) O Princípio da interrelacionariedade dispõe que os direitos humanos e os sistemas de proteção se inter-relacionam, permitindo às pessoas escolher entre os mecanismos de proteção global ou regional, pois não há hierarquia entre eles.

3. (PC-MG – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO – FUMARC – 2018) A Constituição da República de 1988 cuidou expressamente dos direitos humanos, enumerando-os no Título que trata dos direitos e garantias fundamentais. Existem, entretanto, outros direitos humanos não enumerados no texto, mas cuja proteção a própria Constituição assegura, PORQUE:

- a) decorrem do regime e dos princípios adotados pela própria Constituição.
- b) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional.
- c) são criados pelo Poder Judiciário, após o trânsito em julgado das decisões.
- d) surgem de necessidades que não foram previstas pelo legislador constituinte.

4. (PC-PA – DELEGADO POLÍCIA CIVIL – FUNCAB – 2016) Sobre o aspecto internacional dos direitos humanos e seus tratados, está **correto** afirmar que:

- a) as sanções aplicadas pela Organização das Nações Unidas podem violar os direitos humanos em caso de rompimento da paz.
- b) é um direito de proteção que visa proteger os estados.
- c) não contém aspecto ideológico e político acentuado.
- d) os direitos humanos pertencem a jurisdição doméstica e ao domínio reservado dos estados.
- e) o direito internacional dos direitos humanos não está sujeito ao princípio da reciprocidade que domina o direito internacional público.

1.

Em "a": Certo – A expressão "direitos humanos" faz referência à dignidade da pessoa humana e aos direitos cujo reconhecimento é necessário para a sua adequada proteção.

Em "b": Errado – Os direitos humanos são bem mais abrangentes do que a alternativa dispõe, uma vez que constitui em liberdades e direitos inerentes a toda e qualquer pessoa. Uma das características principais dos direitos humanos é a universalidade. Além disso, os direitos humanos não necessitam estar previstos, expressamente, em uma Constituição, pois são inerentes a própria vida humana. Ignorar os direitos humanos de alguém é o mesmo que ignorar a humanidade da pessoa.

Em "c": Errado – Por mais que os direitos humanos sejam naturais e inerentes a condição humana, a sua positivação torna-se elemento necessário para promover maior proteção dos mesmos contra atos abusivos praticados pelo Poder Público.

Em "d": Errado – Os direitos humanos não tratam apenas do direito de liberdade: o rol de direitos protegidos comporta várias dimensões, sendo a liberdade apenas um dos direitos de primeira dimensão.

Em "e": Errado – A propriedade é uma das vertentes dos direitos humanos da primeira geração. Porém, não se trata de valor incondicional, como a liberdade, ou a vida. A própria Constituição Federal/1988 dispõe que a propriedade deve atender a sua função social, que impõe limites ao seu livre usufruto em respeito ao interesse público, a proteção ao meio ambiente, entre outros.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em "a": Errado – Não existe princípio da ilimitabilidade, mas sim princípio da limitabilidade (ou relatividade) dos direitos humanos, o qual permite, apenas em situações excepcionais e plenamente justificadas pelas circunstâncias, que um direito ou garantia seja reduzido em prol de outro. Isso não enseja, evidentemente, no seu afastamento por completo, apenas pressupõe uma aplicação ponderada dos direitos humanos.

Em "b": Errado – Por serem universais e inerentes à condição humana, os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes entre si.

Em "c": Errado – O princípio da essencialidade explicita que os direitos humanos são inerentes ao ser humano, tendo por base os valores supremos do homem e sua dignidade (seu aspecto material), assumindo posição normativa de destaque (aspecto formal) no ordenamento jurídico sem, contudo, dividi-los em direitos essenciais e não essenciais.

Em "d": Errado – O erro da alternativa consiste na afirmação de que os direitos humanos são imóveis, assumindo a mesma faceta ao longo do tempo. Importante ressaltar que os direitos humanos advêm das necessidades históricas da humanidade, são inexauríveis e, com o passar do tempo, os direitos humanos

se aperfeiçoam, ganhando novas modalidades ou “dimensões” de proteção da dignidade humana.

Em “e”: Certo – Com a evolução da proteção nacional e internacional dos direitos fundamentais, após as grandes guerras e revoluções, afirma-se que os mecanismos para assegurar a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais passaram a ter abrangência regional e mundial, de modo que cabe a pessoa optar por qual âmbito de proteção deseja para assegurar a inviolabilidade do seu direito fundamental.

GABARITO OFICIAL: E

3.

Em “a”: Certo – Dispõe o art. 5º, § 2º, da CF/1988, que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Em “b”: Errado – Apesar da alternativa fazer menção ao art. 5º, § 4º da CF/1988, a submissão do Brasil à jurisdição do Tribunal Penal Internacional não justifica a proteção dos direitos humanos não expressos pela Carta Magna.

Em “c”: Errado – O Poder Judiciário não tem competência para criar direitos humanos com as suas decisões transitadas em julgado.

Em “d”: Errado – Apesar dos direitos humanos existirem devido às necessidades históricas enfrentadas pela sociedade, isso, por si só, não justifica a proteção constitucional de direitos e garantias fundamentais não previstos expressamente pela Carta Magna.

GABARITO OFICIAL: A

4.

Em “a”: Errado – As sanções aplicadas pela ONU jamais poderão violar os direitos humanos, mesmo em caso de rompimento da paz.

Em “b”: Errado – Os direitos humanos não protegem os Estados, e sim todas as pessoas, de modo amplo e universal.

Em “c”: Errado – Os direitos humanos possuem fortes aspectos históricos. A origem dos direitos humanos, inclusive, se deu devido a necessidade histórica de controlar os poderes do Monarca Absolutista.

Em “d”: Errado – Se os direitos humanos possuem aspecto internacional, isso significa que eles não pertencem aos Estados, transcendendo seus interesses particulares.

Em “e”: Certo – Pelo fato dos direitos humanos serem universais, não dependem da reciprocidade para sua aplicação pelos Estados.

GABARITO OFICIAL: E

DIREITO CIVIL

Sobre a Autora

Mariela Cardoso

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Especialista pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP. Professora especializada.

PESSOA JURÍDICA

1. (PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA – UEG – 2018) Sobre a pessoa jurídica de direito privado, dispõe o Código Civil que:

- a) as disposições acerca das associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades empresárias e às sociedades simples.
- b) começa sua existência legal com o pedido de inscrição de seus atos constitutivos perante o registro respectivo.
- c) se extingue sua existência legal com a dissolução ou com a cassação, se for o caso, da autorização para seu funcionamento.
- d) tem proteção dos direitos de personalidade apenas quanto ao nome, desde o respectivo registro até a dissolução.
- e) as organizações religiosas serão regidas por lei própria, que poderá dispor sobre a organização e a estrutura interna.

PESSOA NATURAL

2. (PC-MG – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO – FUMARC – 2018) Considere as seguintes afirmativas a respeito do domicílio da pessoa natural:

I. Tem como regra geral o lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

II. Considera-se também como domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

III. Se houver exercício da profissão em lugares diversos, o local da contratação constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

IV. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizerem, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

Estão CORRETAS apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.

3. (PC-MG – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO – FUMARC – 2018) Amanda tem 15 anos de idade. Mateus, por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática pessoal dos atos da vida civil. Tício é excepcional, sem desenvolvimento mental completo.

De acordo com o Código Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera(m)-se absolutamente incapaz(es) de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil:

- a) Amanda e Mateus.
- b) Amanda.
- c) Mateus e Tício.
- d) Mateus.

4. (PC-PI – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – NUCEPE – 2018) Fernando, atualmente, com 17 (dezessete) anos de idade, nasceu sem o movimento das pernas. Quanto a personalidade e capacidade de Fernando, podemos afirmar:

- a) que Fernando possui incapacidade absoluta, o que acarreta a proibição total do exercício dos atos da vida civil, por si só;
- b) a personalidade jurídica e capacidade de fato de Fernando tiveram início no dia que este nasceu com vida;
- c) possui incapacidade relativa apenas em razão do critério etário;
- d) sendo Fernando uma pessoa moral passou a ter personalidade jurídica no dia do registro no cartório que confeccionou sua Certidão de Nascimento;
- e) possui incapacidade absoluta em virtude de ser pessoa com deficiência.

1.

Em “a”: Certo – “Art. 44, § 2º do CC: As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.”

Em “b”: Errado – Começa sua existência legal com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, e não com o pedido de inscrição, conforme Art. 45, CC.

Em “c”: Errado – Em havendo dissolução ou cassação, a PJ subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua, conforme Art. 51, CC.

Em “d”: Errado – O Art. 52 dispõe que se aplica às PJ, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade, não restringindo apenas quanto ao nome e por certo período, conforme afirmou a alternativa.

Em “e”: Errado – O Art. 44, § 1º do CC, não diz que as organizações religiosas serão regidas por lei própria, mas que será livre sua criação, organização, estruturação interna e funcionamento.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Afirmativa I – Verdadeiro – Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

Afirmativa II – Verdadeiro – Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

Afirmativa III – Falso – Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida. Mas veja-se o que diz o parágrafo único:

Parágrafo único. Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

Afirmativa IV – Verdadeiro – Art. 74. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

Parágrafo único. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizerem, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

GABARITO OFICIAL: B**3.**

Em “a”: SOMENTE Amanda (15 anos) é considerada absolutamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil.

Em “b”: Art. 3º – São ABSOLUTAMENTE incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

Em “c” e “d”: a deficiência NÃO afeta a plena capacidade civil da pessoa.

GABARITO OFICIAL: B**4.**

Em “a”: incapacidade absoluta: menor ou igual a 16 anos.

Em "b": capacidade de fato: maior de 16 e menor de 18 emancipados ou maior de 18 anos.

Em "c": Art. 4º – São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I – os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II – os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III – aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV – os pródigos.

Em "d": personalidade jurídica: surge do nascimento com vida.

Em "e": possui incapacidade absoluta em virtude de ser pessoa com deficiência.

GABARITO OFICIAL: C

DIREITO PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

1. (PC-MG – DELEGADO DE POLÍCIA – PC-MG – 2008) Com relação à lei penal no tempo e no espaço, assinale a afirmativa correta.

- a) Apesar de pela *abolitio criminis* se deixar de considerar determinado fato crime, inclusive alcançando o dispositivo fatos pretéritos objetivamente julgados, têm-se extintos apenas os efeitos penais das sentenças condenatórias permanecendo, contudo, os efeitos civis.
- b) Não ficam sujeitos à lei brasileira os crimes cometidos no estrangeiro contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- c) Os crimes que por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, cometidos por brasileiros no estrangeiro, ficam sujeitos à lei brasileira sempre que for o fato punível também no país em que foi praticado, não podendo a pena cumprida no estrangeiro atenuar a pena imposta no Brasil.
- d) Para os crimes permanentes, vigoram as regras da ultra atividade mesmo ante a superveniência de lei mais severa no decorrer da execução do delito.

2. (PC-MG – DELEGADO DE POLÍCIA – FURMAC – 2011) Em relação à aplicação da Lei Penal é correto afirmar que:

- a) Para aplicação da lei penal no tempo e no espaço, o Código Penal Brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do resultado e da ubiquidade.
- b) De acordo com o art. 10 do Código Penal, na contagem de prazos penais não se computará o dia do começo, incluindo-se porém, o do vencimento.
- c) Pelo princípio da especialidade, o agente que efetua diversos disparos de arma de fogo para o alto, vindo a causar a morte de dois transeuntes, responde pelos crimes de homicídio consumado em concurso formal impróprio, já que a norma especial afasta a aplicação da norma geral.
- d) Com a *abolitio criminis* procedida pela Lei nº 11.106/2005, para o crime de rapto, cessaram todos os efeitos penais advindo de eventuais condenações permanecendo, contudo, os efeitos civis.

3. (PC-SP – FOTÓGRAFO CRIMINALÍSTICO – VUNESP – 2014) Considera-se, consoante o art. 1.º da Lei de Introdução ao Código Penal, contravenção a infração penal a que a Lei comina pena(s):

- a) de prisão simples ou multa.
- b) privativa de liberdade.
- c) de reclusão ou de detenção.
- d) restritiva de direitos.
- e) privativas e restritivas de liberdade.

1.

A lei penal no tempo está no art. 2º, do CP, quando afirma que ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. A *abolitio criminis* está no parágrafo único deste artigo pelo fato de a lei posterior que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

GABARITO OFICIAL: A

2.

Pela regra do art. 2º, parágrafo único, do CP *abolitio criminis* procedida pela Lei nº 11.106/2005, para o crime de rapto cessaram todos os efeitos penais advindos de eventuais condenações, permanecendo conduto os efeitos civis.

GABARITO OFICIAL: D

3.

As contravenções penais cabem penas de prisão simples ou multas, conforme art. 5º, I e II, do Decreto-Lei nº 3.688/1941.

GABARITO OFICIAL: A

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. (PC-BA – INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL – VUNESP – 2018) Em havendo conflito entre o Código de Processo Penal e uma lei especial que contenha normas processuais, a solução será a

- a) aplicação da norma que for mais recente, independentemente de eventual benefício ao réu.
- b) aplicação da lei especial e, quando omissa, subsidiariamente do Código de Processo Penal.
- c) aplicação do que for mais favorável ao acusado, independentemente da data de promulgação.
- d) conjugação de ambos os diplomas, aplicando-se as normas que forem mais benéficas ao acusado.
- e) prevalência da regra geral do Código de Processo Penal, em virtude da proibição constitucional dos juízos de exceção.

2. (PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2017) Relativamente à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço e aos princípios processuais penais constitucionais, assinale a opção correta.

- a) O Código de Processo Penal normatiza o processamento das relações processuais penais em curso perante todos os juízos e tribunais brasileiros, aplicando-se, em caráter subsidiário, as normas procedimentais que versem sobre matérias especiais.
- b) Segundo entendimento expendido pelo STF, a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados constitui violação das garantias do juiz natural e da ampla defesa.
- c) A gravação ambiental por meio de fita magnética, de conversa entre presentes, feita por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é considerada prova ilícita, pois viola preceito constitucional.
- d) O princípio da extraterritorialidade adotado pelo direito processual penal brasileiro não ofende a soberania de outros Estados, já que os ordenamentos jurídicos de todas as nações convergem para o combate às condutas delitivas.
- e) A lei processual penal tem aplicação imediata e é aplicável tanto nos processos que se iniciarem após a sua vigência, quanto nos processos que já estiverem em curso no ato da sua vigência, e até mesmo nos processos que apurarem condutas delitivas ocorridas antes da sua vigência.

3. (PC-BA – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Aplicar-se-á a lei processual penal, nos estritos termos dos arts. 1º, 2º e 3º do CPP,

- a) aos processos de competência da Justiça Militar.
- b) ultrativamente, mas apenas quando favorecer o acusado.

- c) retroativamente, mas apenas quando favorecer o acusado.
- d) desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- e) com o suplemento dos princípios gerais de direito sem admitir, contudo, interpretação extensiva e aplicação analógica.

INQUÉRITO POLICIAL

4. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Tício está sendo processado pela prática de crime de roubo. Durante o trâmite do inquérito policial, entra em vigor determinada lei, reduzindo o número de testemunhas possíveis de serem arroladas pelas partes no procedimento ordinário.

A respeito do caso descrito, é correto que:

- a) não se aplica a lei nova ao processo de Tício em razão do princípio da anterioridade.
- b) a lei que irá reger o processo é a lei do momento em que foi praticado o crime, à vista do princípio *tempus regit actum*.
- c) em razão do sistema da unidade processual, pelo qual uma única lei deve reger todo o processo, a lei velha continua ultra-ativa e, por isso, não se aplica a nova lei, mormente por ser esta prejudicial em relação aos interesses do acusado.
- d) não se aplica a lei revogada ao processo de Tício em razão do princípio da reserva legal.
- e) não se aplica a lei revogada porque a instrução ainda não se iniciara quando da entrada em vigor da nova lei.

5. (PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2017) Acerca de investigação criminal e juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- a) No juizado especial criminal, é inadmissível a transação penal caso se comprove que o autor da infração foi condenado em sentença definitiva por crime ou contravenção penal de caráter culposo ou doloso.
- b) Para definição da competência do juizado especial criminal no concurso material de crimes, a soma das penas máximas cominadas para cada crime não pode exceder a dois anos.
- c) Não se admite a transação penal nem a composição civil dos danos nos processos de competência dos juizados especiais criminais que, por motivo de conexão ou continência, tiverem sua competência deslocada para o tribunal do júri.
- d) O delegado-geral de polícia civil, no âmbito estadual, ou o delegado regional, no âmbito territorial, poderão, mediante despacho fundamentado, avocar ou determinar a redistribuição de autos de inquérito policial, sempre que a infração penal a ser apurada for de interesse do Poder Executivo da respectiva unidade da Federação.

1.

Em “a”: Errado – Não há dispositivo legal ou doutrina que oriente no sentido de aplicar a norma mais recente em caso de conflito de normas de processo penal.

Em “b”: Certo – De acordo com art. 394, § 2º, do CPP, aplica-se a todos os processos o procedimento comum, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei especial.

Em “c”: Errado – a regra de aplicar a lei mais favorável ao réu é de matéria de direito penal e, no processo penal a regra está contida no art. 394, § 2º, do CPP.

Em “d”: Errado – não há previsão de aplicar as duas normas, pois há conflito de leis, e também não se aplica a regra da lei mais benéfica ao réu. No conflito de normas, a solução está em aplicar a lei especial, e na omissão desta, as regras do CPP.

Em “e”: Errado – Não se trata de juízo de exceção. Sendo assim, a regra a ser aplicada é da lei especial, e no silêncio desta, a regra geral do CPP.

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em “a”: Errado – As regras gerais de processo penal são aplicadas a todos os tribunais, e são aquelas contidas no CPP. Em caso de lei especial, prevalece esta, sendo aplicada, subsidiariamente, o CPP.

Em “b”: Errado – Súmula 704, do STF, não viola o princípio do juiz natural atração processual por continência ou conexão se um dos corréus gozar de prerrogativa de foro.

Em “c”: Errado – A gravação ambiental em que é realizada por um dos interlocutores não é prova ilícita.

Em “d”: Errado – No Direito Processual Penal se aplica o princípio da territorialidade, e não tem relação com o Direito Penal.

Em “e”: Certo – Conforme disciplina o art. 2º, do CPP, a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

GABARITO OFICIAL: E**3.**

Em “a”: Errado – o CPP é aplicado de modo subsidiário ao Código de Processo Penal Militar.

Em “b”: Errado – no processo penal não se observa, em caso de conflitos no tempo, se a lei é mais benéfica ao réu, mas se permite igualdade nos atos processuais.

Em “c”: Errado – não se aplica a regra de retroatividade mais benéfica ao réu, pois a retroatividade nestes termos está relacionada ao direito penal material.

Em “d”: Certo – Sob a análise dos artigos 1º, 2º e 3º, observa-se que no art. 2º, do CPP, afirma que a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Em “e”: Errado – os art. 1º, 2º e 3º, do CPP, são de aplicação imediata e não suplemento dos princípios gerais do direito, e admite interpretação extensiva e analógica.

GABARITO OFICIAL: D

4.

Em “a”: Errado – a nova lei tem aplicação imediata.

Em “b”: Errado – a lei a ser aplicada é a do momento do ato, ato processual e não do momento em que o agente praticou o crime.

Em “c”: Errado – a nova lei processual entra em vigor imediatamente, sem prejuízo dos atos já realizados antes de sua entrada em vigor.

Em “d”: Errado – pode-se aplicar a lei revogada na hipótese de um determinado ato ter sido praticado por uma parte do processo e que com a nova lei, este ato foi revogado ou modificado de modo a tratar as partes com diferenças, por exemplo, cercear a defesa do réu com a redução do número de testemunhas a serem arroladas.

Em “e”: Certo – Como se observa na questão, a alteração no número das testemunhas ocorre na fase processual e a conduta praticada por Tício, roubo, está na fase de inquérito. Por esse motivo, não se aplica a nova lei.

GABARITO OFICIAL: E

5.

Em “a”: Errado – Apenas não cabe transação penal se o agente foi condenado anterior por crime doloso.

Em “b”: Certo – Segundo o art. 61, da Lei nº 9.099/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, isso também vale para concurso material de crime.

Em “c”: Errado – Importante, deve-se observar as regras sobre transação e composição, mesmo quando houver deslocamento de competência. Não se admite a transação penal nem a composição civil dos danos nos processos de competência dos juizados especiais criminais que, por motivo de conexão ou continência, tiverem sua competência deslocada para o tribunal do júri.

Em “d”: Errado – O delegado-geral de polícia civil poderá, mediante despacho fundamentado, avocar ou determinar a redistribuição de autos de inquérito policial, sempre que a infração penal a ser apurada for de interesse do Poder Executivo da respectiva unidade da Federação.

Em “e”: Errado – Caberá recurso especial contra a decisão da turma recursal dos juizados especiais criminais que negue provimento ao recurso interposto contra sentença penal condenatória, caso seja demonstrada ofensa a dispositivo de norma infraconstitucional.

GABARITO OFICIAL: B

CRIMINOLOGIA

Sobre o Autor

Diego Luiz Victório Pureza

Advogado. Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG. Pós-Graduado em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá. Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera Educacional de Jacareí. Sócio, Diretor Administrativo e Professor do Burke Instituto Conservador. Coordenador e Professor de Direito Penal e Criminologia da Nova Concursos. Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Legislação Especial de diversos cursos preparatórios para concursos públicos. Palestrante com ênfase em temas penais e autor de artigos e obras jurídicas.

CONCEITO, CIENTIFICIDADE, FINALIDADE, MÉTODOS E OBJETOS DA CRIMINOLOGIA

1. (PC-PE – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – CESPE – 2016) A criminologia moderna.

- a) é uma ciência normativa, essencialmente profilática, que visa oferecer estratégias para minimizar os fatores estimulantes da criminalidade e que se preocupa com a repressão social contra o delito por meio de regras coibitivas, cuja transgressão implica sanções.
- b) ocupa-se com a pesquisa científica do fenômeno criminal — suas causas, características, sua prevenção e o controle de sua incidência —, sendo uma ciência causal-explicativa do delito como fenômeno social e individual.
- c) ocupa-se, como ciência causal-explicativa-normativa, em estudar o homem delinquente em seu aspecto antropológico, estabelece comandos legais de repressão à criminalidade e despreza, na análise empírica, o meio social como fatores criminógeno.
- d) é uma ciência empírica e normativa que fundamenta a investigação de um delito, de um delinquente, de uma vítima e do controle social a partir de fatos abstratos apreendidos mediante o método indutivo de observação.
- e) possui como objeto de estudo a diversidade patológica e a disfuncionalidade do comportamento criminal do indivíduo delinquente e produz fundamentos epistemológicos e ideológicos como forma segura de definição jurídico-formal do crime e da pena.

2. (PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – CESPE – 2017) Com relação ao objeto, às funções, às características e aos métodos da criminologia, assinale a opção correta.

- a) A criminologia caracteriza-se por ser uma ciência normativa e unidisciplinar.
- b) O direito penal estabelece condutas vedadas, sob a cominação abstrata de uma pena; a criminologia, por sua vez, busca observar cada conduta de infração da lei penal como fenômeno humano, biopsicossocial.
- c) A criminologia é disciplina que alimenta o direito penal, mas dele não depende.
- d) Para que a vítima seja considerada como tal pela criminologia, é necessário que ela não tenha qualquer tipo de responsabilidade em relação ao crime.
- e) Os objetos da criminologia incluem: o delinquente, a vítima, o Poder Judiciário e o controle social.

3. (PC-PI – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – NUCEPE – 2018) Sobre a Criminologia é CORRETO afirmar.

- a) o crime é um fenômeno social.
- b) estuda o crime, o criminoso, mas não a vítima.
- c) é uma ciência normativa e valorativa.
- d) o crime é um fenômeno filosófico.
- e) não tem por base a observação e a experiência.

1.

Questão que exige do candidato análise retida do conceito, métodos e objetos da criminologia. O aluno perceberá a tendência da banca examinadora em tentar confundi-lo ao embaralhar elementos do conceito do Direito Penal com a Criminologia.

Em “a”: Errado – A alternativa acaba descrevendo características do Direito Penal (ciência normativa, preocupada em desestimular os transgressores por meio da sanção penal). A Criminologia, ao contrário, não é ciência jurídica, normativa, teórica, tampouco exata. Trata-se de ciência empírica e interdisciplinar que se ocupa da análise do crime, delinquente, vítima e controle social.

Em “b”: Certo – De fato, a Criminologia considera o crime como fenômeno social e individual, estudando-o por meio de critérios científicos, tratando-se de ciência causal-explicativa (empírica e indutiva).

Em “c”: Errado – Inicialmente, repete o erro da alternativa “A” ao afirmar que a Criminologia se trata de ciência normativa. Além disso, conforme já mencionado, a ciência que se ocupa em estabelecer comandos legais de repressão (pena) à criminalidade é o Direito Penal. Por fim, ao contrário do mencionado na alternativa, o meio social é um dos objetos de estudo da Criminologia moderna, sendo apontada, inclusive, por algumas teorias sociológicas, detentora de fatores crimíno-
gênicos (causa de crimes).

Em “d”: Errado – Mais uma vez classifica erroneamente a criminologia como ciência normativa. Além disso, o estudo da Criminologia sobre seus respectivos objetos (crime, criminoso, vítima e controle social) parte de fatos concretos (e não abstratos), por se tratar de ciência empírica.

Em “e”: Considerando a interdisciplinaridade da Criminologia, é possível, especialmente por meio das teorias sociológicas, a análise e compreensão de fatores, por exemplo, epistemológicos e ideológicos, todavia, não como forma segura (especialmente por não se tratar de ciências exatas). Por fim, cumpre reiterar que a definição jurídico-formal do crime e da pena pertencem ao Direito Penal.

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em “a”: Errado – Trata-se exatamente do oposto. A criminologia consiste em ciência empírica e interdisciplinar (se vale dos resultados de outras ciências). Ciência penal normativa é o Direito Penal.

Em “b”: Certo – A alternativa exige que o candidato conheça, ainda que de forma sintetizada, os conceitos do Direito Penal e da Criminologia. De fato, a tarefa de tipificar condutas criminosas e definir as respectivas sanções penais fica a cargo do Direito Penal. Por outro lado, a Criminologia, por meio do empirismo, se ocupa em analisar condutas criminosas levando em consideração fatores biológicos, psicológicos e sociológicos (biopsicossocial).

Em “c”: Errado – A Criminologia é ciência autônoma e, portanto, não alimenta ou serve ao Direito Penal ou qualquer outro ramo do saber. Apesar disso, a Criminologia deve estar em sintonia com a Política criminal e, por conseguinte, com o Direito Penal, vez que cada uma dessas ciências penais possui papel importante da prevenção da criminalidade (os resultados de uma servirão como fonte de dados para as outras).

Em “d”: Errado – O estudo da vítima pela criminologia (Vitimologia) aponta diversas classificações, sendo que em muitas delas há a participação da vítima (as vezes, determinantes) para a prática do crime pelo delinquente. A título de exemplo, podemos citar a classificação idealizada por Benjamin Mendelsohn (considerado o pai da Vitimologia), que reconhece em diversas ocasiões a participação ativa da vítima como estimulante (vítima menos culpada e vítima mais culpada que o delinquente) ou até mesmo determinante para o crime (vítima tão culpada quanto o delinquente). Ou seja, não é necessário que alguém não tenha qualquer tipo de responsabilidade em relação ao crime para ser classificado como vítima.

Em “e”: Errado – O erro está no “Poder Judiciário”. A criminologia se ocupa do estudo do crime, criminoso, vítima e controle social.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em “a”: Certo – A definição de crime apresentada pela Criminologia diverge do conceito apresentado pelo Direito Penal. Para a Criminologia, crime é fenômeno presente na sociedade, apresentando múltiplas facetas (problema social). Além disso, vale destacar que sob a ótica da Criminologia, o crime deve preencher os seguintes elementos constitutivos: reiteração do fato criminoso junto à sociedade (um fato isolado não se atribui a condição de crime); produção de sofrimento à vítima e ao corpo social (relevância social); persistência espaço-temporal do fato criminoso (distribuição pelo território durante um tempo juridicamente relevante; consenso acerca de sua etiologia (estudo da origem e causa) e das técnicas de intervenção para seu enfrentamento eficaz.

Em “b”: Errado – A Criminologia estuda 4 objetos, a saber: criminoso, crime, vítima e controle social.

Em “c”: Errado – A Criminologia não se confunde com o Direito Penal. O Direito Penal é que se trata de ciência normativa.

Em “d”: Errado – Conforme informado nos comentários da alternativa correta, o crime é um fenômeno social, e não filosófico.

Em “e”: Errado – A Criminologia é uma ciência empírica, ou seja, trabalha justamente com base na observação e experiência (ademais, esse é o significado, em síntese, do termo “empirismo”).

GABARITO OFICIAL: A

MEDICINA LEGAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

1. (PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA – UEG – 2018) O Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (DSM-V) é um guia de critérios adotado pericialmente para a verificação das doenças e dos transtornos mentais. O artigo 26 do Código Penal Brasileiro é aquele que trata das questões voltadas para a imputabilidade e a responsabilidade penal dos agentes agressores. Levando-se em conta os conhecimentos da Psiquiatria Forense, deve-se entender que:

- a) o Transtorno de Personalidade Antissocial é o correspondente ao que se denomina de serial killer.
- b) o Transtorno de Personalidade Histriônica corresponde ao chamado Transtorno de Dependência.
- c) portadores de Transtorno de Personalidade Borderline apresentam instabilidade comportamental.
- d) cometimento de atos ilícitos é situação comum entre os portadores de Transtorno Bipolar do Humor.
- e) psicopatas são atualmente denominados de sociopatas, por cometerem homicídios e agressões físicas.

2. (PC-MA – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – CESPE – 2018) Revisando o prontuário de um suspeito no sistema prisional, a autoridade policial deparou-se com um laudo psiquiátrico que apontava a seguinte conclusão: "CID10: F60.2 – Transtorno de personalidade dissocial (psicopática ou sociopática): possui ciência do caráter ilícito dos atos praticados e sérias dificuldades no controle de seu impulso sexual exacerbado, que só consegue satisfazer com a subjugação da vítima mediante a imposição de comportamento violento".

Acerca dessa situação, assinale a opção que apresenta, respectivamente, as características do suspeito com referência a: entendimento; controle dos impulsos; imputabilidade.

- a) limitado; preservado; semi-imputável.
- b) preservado; adequado; plenamente imputável.
- c) preservado; limitado; semi-imputável.
- d) preservado; limitado; inimputável.
- e) limitado; limitado; inimputável.

3. (PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA – UEG – 2018) Para o conhecimento estimado do tempo de morte são utilizados os critérios preconizados pela cronotanatognose. Segundo o que dita o artigo 162, do Código Penal Brasileiro, a autópsia deverá ser iniciada pelo menos seis horas após a constatação da veracidade do óbito, ou antes, caso existam sinais de certeza da morte, o que deverá ser anotado pelo perito no laudo. Segundo os conhecimentos da cronotanatognose e atendendo ao preceito legal exposto, tem-se que:

- a) a mancha verde, dependente de ação bacteriana, ocorre na fossa ilíaca e revela o início da putrefação.
- b) a midríase paralítica bilateral é um sinal abiótico consecutivo que servirá para a confirmação da morte.
- c) a algidez cadavérica segue os princípios da Lei de Nysten, tendo sentido de ocorrência craniocaudal.
- d) a rigidez cadavérica é um fenômeno abiótico mediato que se inicia pelos músculos mais volumosos.
- e) os livores cadavéricos ou manchas de hipostase permitem o conhecimento da posição do cadáver.

4. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) De modo geral, nos casos de morte de causa desconhecida, o cadáver deve ser encaminhado para o IML (Instituto Médico Legal) ou para o SVO (Serviço de Verificação de Óbitos) respectivamente, quando a morte for decorrente de

- a) acidente de trânsito – suicídio.
- b) causa natural sem assistência médica – acidente de trânsito.
- c) homicídio – suicídio.
- d) suicídio – morte natural ou suspeita sem assistência médica.
- e) causa externa ou morte suspeita – morte natural sem assistência médica.

1.

Em "a", o Transtorno de Personalidade Antissocial se denomina Sociopatia.

Em "b", no Transtorno de Personalidade Histriônica (Dramático) a pessoa tem sua autoestima dependente de outras pessoas, possui emoções intensas e instáveis no Transtorno de Dependência a pessoa depende realmente da aprovação das outras, vivendo em com sensação de inferioridade.

Em "c", certo.

Em "d", a Bipolaridade é instável e oscila entre depressão e euforia. Nos quadros depressivos a maior propensão é para o suicídio. Nos quadros de euforia, quando a pessoa tende a menosprezar riscos, o maior perigo é para sua própria segurança e integridade física.

Em "e", a psicopatia é genética, enquanto que a sociopatia possui como causa não só a predisposição hereditária, como a influência do ambiente.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Quando possui ciência do caráter ilícito dos atos praticados: PRESERVADO. Quando tem dificuldades no controle de seu impulso sexual exacerbado: LIMITADO. O paciente é capaz de entender bem o caráter ilícito do fato, mas não é capaz de se portar segundo tal entendimento, por isso semi-imputável, obedece a um dos aspectos da imputabilidade, mas não o outro.

GABARITO OFICIAL: C**3.**

Em "a", não é todas as vezes que a mancha verde ocorrerá na fossa ilíaca (direita). Pode ocorrer na cabeça, por exemplo (caso dos afogados) e nos orifícios naturais (caso da maceração fetal).

Em "b", amidríase paralítica bilateral é o sinal de morte cerebral. Ocorre o fenômeno que retrata a ausência de função cerebral (fenômeno abiótico IMEDIATO).

Em "c", a rigidez cadáverica segue a lei de NYSTEN.

Em "d", em geral surge na mandíbula e nuca da 1a a 2a h depois do óbito.

Em "e", em regra, as manchas de hipóstase podem identificar a posição do cadáver. Quando fixas, elas não se desprendem das malhas do tecido, indicando inclusive se a posição do cadáver foi alterada posteriormente.

GABARITO OFICIAL: E**4.**

A morte natural seria aquela que sobrevém motivada amiúde por causas patológicas ou por grave malformação, incompatível com a vida extrauterina prolongada. A morte violenta seria aquela que resulta de uma ação exógena e lesiva (suicídio, homicídio, acidente), mesmo tardiamente, sobre o corpo humano. A Morte suspeita é aquela que ocorre em pessoas de aparente boa saúde, de forma inesperada, sem causa evidente, ou com sinais de violência indefinidos ou definidos, passível de gerar desconfiança sobre sua etiologia.

GABARITO OFICIAL: E

NOÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

1. (PC-PA – PAPILOSCOPISTA – FUNCAB – 2016) Quanto à identificação morfológica em ossadas, é correto afirmar que:

- a) a determinação da idade fica prejudicada, através da evolução do aparelho dentário, uma vez que ao longo da vida a queda dos dentes e a colocação de próteses, inviabiliza a estimativa da idade pelo exame da arcada dentária.
- b) nenhum caráter tomado isoladamente tem valor absoluto; é o conjunto de sinais e sua convergência que permite determinar o sexo (gênero). Assim, o crânio da mulher é mais pesado, a fronte é inclinada para trás, a mandíbula é mais grossa, com cristas de inserção muscular acentuadas.
- c) os estudos antropológicos em ossadas visando à caracterização do tipo racial apresentam resultados considerados válidos para aplicabilidade geral, sendo o fêmur, considerado como a estrutura óssea que oferece o maior número de indicações anatômicas para o estudo das características raciais.
- d) para a determinação da estimativa da estatura, os trabalhos dos antropólogos forenses mostram a existência de uma relação constante entre o comprimento dos ossos longos e o comprimento do corpo.
- e) podem ser considerados de maior valia na determinação do sexo (gênero), pela ordem de importância: em primeiro lugar o fêmur, seguido do crânio e por último, dentre os três, a pelve.

2. (PC-MA – MÉDICO LEGISTA – CESPE – 2018) Noções de antropologia forense são importantes na estratégia de identificação de pessoas vítimas de acidentes em massa, pois, eventualmente, dependendo da qualidade do material biológico, não é possível o emprego da técnica de identificação pelo DNA (ácido desoxirribonucleico). Para determinar o comprimento de um indivíduo por meio da análise de um osso como o fêmur, é recomendado utilizar a

- a) fórmula de Balthazard-Dervieux.
- b) tábua de Manouvrier.
- c) tábua de Quételet.
- d) tabela de Ernestino Lopes.
- e) tabela de Ema de Azevedo.

3. (PC-MA – MÉDICO LEGISTA – CESPE – 2018) Com relação à identificação forense pela tecnologia do DNA recombinante e à rastreabilidade de material probatório, assinale a opção correta.

- a) O uso de locos de microssatélites ou short tandem repeats (STRs) em genética forense deve-se à ausência de taxa de mutação, pois a presença de mutação acarretaria erros graves de interpretação nos resultados de análise de amostras criminais por meio da tecnologia do DNA recombinante.

- b) Cadeia de custódia é a documentação do histórico cronológico e da localização de uma evidência, e permite a rastreabilidade das evidências utilizadas em processos judiciais a partir do registro de quem teve acesso ou realizou o manuseio dessas evidências.
- c) As regiões STR (short tandem repeat) geralmente apresentam bialelismo.
- d) O Sistema CODIS, ou combined DNA index system (sistema combinado de índices de DNA), é utilizado uniformemente no Brasil.
- e) A análise do perfil genético de um homem pelo DNA demonstraria um pico no eletroferograma na região correspondente à amelogenina.

4. (PC-DF – MÉDICO LEGISTA – FUNIVERSA – 2015) Quanto à identificação criminal e aos processos utilizados para esse fim, é fundamental a presença de requisitos técnicos elementares. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- a) Identificação é o conjunto de caracteres físicos, psíquicos e funcionais, que podem ser natos ou adquiridos com o tempo, permanentes que podem diferenciar os indivíduos.
- b) A classificabilidade é o requisito técnico que torna o processo de identificação aplicável à rotina pericial.
- c) A unicidade é uma condição de não se ver a repetição de um determinado conjunto de caracteres pessoais em indivíduos distintos.
- d) A imutabilidade é um requisito técnico caracterizado pela capacidade de certos elementos não se perderem com a ação do tempo.
- e) A praticabilidade é a condição que permite guardar, catalogar e encontrar, quando for possível, os conjuntos de caracteres que são próprios de um indivíduo, permitindo a sua identificação.

1.

A estatura é medida da criança, do adulto, do idoso, do cadáver e da ossada. Todas essas medidas são diferentes entre si. Por exemplo, no cadáver, a perda da umidade tende a ressecá-lo o que diminui a estatura em até 1,5 cm, rememorando que a estatura do adulto é maior do que a do idoso. Além disso, o osso longo também é útil para fornecer a estatura da pessoa a partir da chamada “Tabua osteomérica de broca”, a qual fornece valores que se multiplicado pela medida do comprimento do osso, fornecem o valor aproximado da estatura.

ATENÇÃO:

- Fêmur: 3,66 (homem); 3,71 (mulher). - Tíbia: 4,53 (homem); 4,61 (mulher). - Fíbula: 4,58 (homem); 4,66 (mulher). - Úmero: 5,06 (homem); 5,22 (mulher). - Rádio: 6,86 (homem); 7,16 (mulher). - Ulna: 6,41 (homem); 6,66 (mulher).

Ainda há a tabela de Étienne-Rolle, que já apresenta os cálculos prontos e afere a estatura do indivíduo, a partir da medida individual dos ossos longos.

GABARITO OFICIAL: D

2.

A Fórmula de Balthazard-Dervieux: Cálculo da idade fetal em dias (I) pela estatura (E), que é calculada pelos comprimentos das diáfises do fêmur (Cf), tíbia (Ct) e úmero (Cu). $I = Ex5,6$; $E=5,6Cf + 8$; $E=6,5Ct + 8$; $E=6,5Cu + 8$

Tábuas de Manouvrier: Estabelece a relação entre comprimento dos ossos longos e a estatura do indivíduo.

Lei de Quetelet: A frequência de uma determinada estatura diminui progressiva e simetricamente à medida que se afasta da média num ou noutro sentido.

Tabela de Ernestino Lopes: Estima a idade baseado as alterações do ângulo mandibular.

Tabela de Ema Azevedo: Determinação da idade entre 0-14 anos correlacionando o peso, idade e sexo.

GABARITO OFICIAL: B

3.

A cadeia de custódia contribui para a validação da prova pericial e o respectivo laudo gerado. A responsabilidade de manutenção da idoneidade processual é compartilhada a todos os agentes do Estado envolvidos, incluindo o perito criminal. A necessidade de procedimentos padronizados é necessária, para que diante dos questionamentos da defesa do acusado as provas periciais permaneçam robustas e confiáveis, servindo de elemento de convicção do juiz.

GABARITO OFICIAL: B

4.

A UNICIDADE quer dizer que não se repete em outro indivíduo. Já a PERENIDADE quer dizer que não se perde com o passar do tempo. E a IMUTABILIDADE, quer dizer que não MUDA com o passar do tempo.

GABARITO OFICIAL: C

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL (EXTRAORDINÁRIA)

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

1. (PC-AC – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – IBADE – 2017) Consoante à legislação que dispõe sobre o Crime organizado (Lei nº 12.850/2013), considera-se organização criminosa:

- a) a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- b) a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- c) a associação de 5 (cinco) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- d) a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 6 (seis) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- e) a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 6 (seis) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

2. (PC-AC – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – IBADE – 2017) Acerca do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), assinale a alternativa correta.

- a) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é inafiançável.
- b) O proprietário responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo que esteja sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato, incorrerá no crime de omissão de cautela.
- c) De acordo com a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, aquele que mantiver em seu poder uma arma de fogo de calibre permitido com registro vencido, incorrerá na prática do crime de porte ilegal de arma de fogo.
- d) No crime de comércio ilegal de arma de fogo, a pena é aumentada em um terço se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.
- e) O crime de omissão de cautela consiste em deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 14 (catorze) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse.

3. (PC-AC – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – IBADE – 2017) No que concerne à legislação que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995), pode-se afirmar que:

- a) a composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecurável, não pode ser executado no juízo civil competente.
- b) a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- c) ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, podendo-se exigir fiança a critério da autoridade policial.
- d) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.
- e) havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

4. (PC-AC – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – IBADE – 2017) No que tange aos crimes previstos na Lei de Drogas e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta

- a) Compete à justiça dos Estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes ocorridos com o exterior.
- b) O exercício da função de 'mula', indispensável para o tráfico internacional, traduz, por si só, adesão, em caráter estável e permanente, à estrutura de organização criminosa.
- c) Faz-se necessária a aferição do grau de pureza da droga para realização da dosimetria da pena.
- d) Para a configuração da majorante da transnacionalidade prevista no art. 40, I, da Lei nº 11.343/2006, basta que existam elementos concretos aptos a demonstrar que o agente pretendia disseminar a droga no exterior, sendo indispensável ultrapassar as fronteiras que dividem as nações.
- e) A condenação por tráfico de drogas e por associação para o tráfico de drogas prescinde da efetiva apreensão de entorpecentes na posse de um acusado específico, cuja responsabilidade pode ser definida racionalmente, a despeito de apreendida a droga na posse de terceiro, com base no contexto probatório, a autorizar o provimento condenatório.

1.

Conforme Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, art. 1º: Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º – Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. Ou seja, não caberia as demais alternativas, pois, o número de pessoas para caracterizar associação criminosa é de 4 pessoas, sendo que para infrações penais a pena máxima seja superior a 4 anos.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em “a”: Errado – A Lei e a Constituição não prevê o porte ilegal de arma de fogo como crime inafiançável.

Em “b”: Certo – Lei 10.826/2003, art. 13, parágrafo único.

Em “c”: Errado – a jurisprudência entende que a posse nessas circunstâncias configura mera infração administrativa.

Em “d”: Errado – Aumenta-se a metade (1/2).

Em “e”: Errado – A lei diz “menor de 18 anos” e não de 14 anos.

GABARITO OFICIAL: B**3.**

Em “a”: Errado – Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Em “b”: Errado – Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Em “c”: Errado – Art. 69 (...) Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Em “d”: Errado – Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Em “e”: Certo – Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta. Lei nº 9.099/1995.

GABARITO OFICIAL: E

4.

Em “a”: Errado – Súmula 522 STF: “Salvo ocorrência de tráfico para o Exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e julgamento dos crimes relativos a entorpecentes”.

Em “b”: Errado – “A atuação da agente no transporte de droga, em atividade denominada “mula”, por si só, não constitui pressuposto de sua dedicação à prática delitiva ou de seu envolvimento com organização criminosa. Impõe-se, para assim concluir, o exame das circunstâncias da conduta, em observância ao princípio constitucional da individualização da pena (art. 5º, XLVI, da CF).” (HC 131795, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 03/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-100 DIVULG 16-05-2016 PUBLIC 17-05-2016).

Em “c”: Errado – O grau de pureza da droga é irrelevante para fins de dosimetria da pena. HC 132909/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, 15.3.2016. (HC-132909).

Em “d”: Errado – Para a incidência da majorante da transnacionalidade, é suficiente a comprovação, na instrução criminal, de que os agentes tinham como intento a disseminação do vício no exterior, sendo indiferente o fato de não terem conseguido ultrapassar as fronteiras nacionais com a substância ilícita. (REsp 1391929 / RJ).

Em “e”: Certo – A causa de aumento prevista no inciso V do art. 40 não exige a efetiva transposição da fronteira O art. 40, V, da Lei de Drogas prevê que a pena do tráfico e de outros delitos deverá ser aumentada se ficar “caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal”. Para que incida essa causa de aumento não se exige a efetiva transposição da fronteira interestadual pelo agente, sendo suficiente a comprovação de que a substância tinha como destino localidade em outro Estado da Federação. STF. 1ª Turma. HC 122791/MS, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 17/11/2015 (Info 808).

GABARITO OFICIAL: E